



“CARO LEITOR: TUDO NESTE LIVRO É INVENÇÃO, MAS QUASE TUDO ACONTECEU.”

CLARA PADIAL LUCAS *

Pretendemos, neste brevíssimo comentário, sugerir que Bernardo Kucinski narra enquanto testemunha e consideramos, para tanto, aquela que é a advertência inaugural do conjunto de sua obra, título desta mesma observação. Entendemos que, por meio de um tal aviso, o autor demonstra comprometimento com uma qualidade outra de verdade, a qual, ainda que não possa ser submetida à verificação, guarda relação com o integral exercício da potência: poder e poder não – significar e resistir: faculdades, segundo reconhecemos, relacionadas ao exercício da ficção.

Começamos por dizer que, à época moderna, conforme diagnosticado por vários autores, cabe a tarefa de ocupar-se de um vazio como que exposto e experimentado, via de regra, enquanto uma perda, um desencaminhamento. Para Hannah Arendt, por exemplo, ainda que essa lacuna seja coetânea da existência do homem sobre a Terra, é o extravio da tradição ocidental – ou seja, da indicação, pelo passado guarnecido de autoridade, dos nomes a serem empregados para balizar a atividade do pensamento – que a revela, fazendo-a realidade tangível (Arendt, 2014). Essa desvinculação da vivência moderna em relação a sua tradição, por outro lado, para Walter Benjamin, encontra sua manifestação mais bem acabada nos combatentes emudecidos ao regressarem dos campos de batalha da Primeira Guerra Mundial, posto que a sua experiência – ou seja, a sua exposição a potencial destrutivo inédito, em razão da técnica – não era passível de comunicação em termos conhecidos, coincidindo, assim, com a perda da própria experiência (Benjamin, 1996).

Entretanto, se o fio da tradição rompeu, deixando-nos sem os referenciais correspondentes, que regiam a significação, não é verdade que a perda da capacidade de comunicar seja a única alternativa. Giorgio Agamben, por exemplo, considera que somente a

assunção desse vazio pode tornar possível qualquer discurso ético, na medida em que demanda o reconhecimento de que o ser humano não é, nem há de realizar qualquer essência, vocação histórica ou espiritual, sequer destino biológico: o seu ser mais elementar, impreterível, deve coincidir somente com a própria potência (Agamben, 2013) – com a possibilidade de ser, bem como de não ser; de fazer, como de não fazer. Sendo assim, um espaço vazio de desígnios amparados pela autoridade – ambivalente, sobretudo – poderia ser definido como zona de pura potência – aspectos positivo e negativo –, que, capaz de induzir o homem ao erro, o faz tão somente na mesma proporção em que lhe faculta o livre exercício de suas capacidades (Agamben, 2014).

Se, no entanto, a experiência moderna não é vivenciada enquanto pura potência, uma das possíveis – prováveis – razões está relacionada ao fato de que o poder, contemporaneamente, age não apenas sobre aquilo que podemos fazer – circunstância, embora contínua, que remonta a tempos anteriores, não modernos –, mas principalmente sobre aquilo que não podemos ou podemos não fazer: a impotência. Tem-se fé em um poder fazer irrestrito, correspondente ao discurso do mercado, o qual pressupõe, contudo, a abdicção de faculdades fundamentais: significar e, nos dias que correm, de modo particular, resistir (Agamben, 2014). Consequentemente, o vazio é sonogado e a possibilidade incondicional supostamente restante condiz, na realidade, àquela que rege o domínio totalitário: o tudo é possível do campo de concentração, paradigma do espaço biopolítico contemporâneo – cuja correspondência, em termos de governabilidade, pode ser encontrada na integral suspensão da lei que caracteriza o estado de exceção. Eis, nesse caso, a produção da vida nua: categoria biopolítica fundamental, em relação à qual a

* Graduada em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, é discente do Programa de Pós-Graduação em Literatura, em nível de mestrado, da mesma instituição, na linha de pesquisa Teoria da Modernidade. E-mail: clara.lucas@ufsc.br.

única força vigente é a do poder soberano – ou, em outros termos, violência (Agamben, 2014).

No Brasil, uma situação paradigmática para esse arranjo é a da ditadura civil-militar, instituída em 1964. A perseguição política, tortura, desaparecimento e extermínio daqueles considerados dissidentes políticos – mas não apenas deles: enquanto regulador da inscrição da vida no ordenamento, importante lembrar que o campo submete toda a população à possibilidade de ter o seu estatuto político revogado; basta recordar o exemplo da Vala de Perus, para ter certeza sobre esse tanto – é um claro exemplo da possibilidade irrestrita, que se faz valer. Paradoxalmente, todavia, ao fazer uso dos instrumentos de violência à maneira que, nessa época, proliferam exemplos, o poder, porventura, não possa deixar de vacilar quanto à pretensão de que tudo seja possível; isso porque, para aqueles que são expostos a sua crueza – especialmente, diga-se de passagem, quando comprometidos com o exercício do pensamento –, restaria evidente, no mínimo, uma impossibilidade: a de ser, aos seus olhos, qualquer coisa diferente de vida nua.

Neste contexto, Bernardo Kucinski vivenciou o desaparecimento de sua irmã, Ana Rosa Kucinski Silva, e a ele sobreviveu – sobrevivendo, também, à época: sobrevivente, portanto. Mais de 35 anos após o acontecimento, publicou o seu primeiro trabalho de ficção – *K.: relato de uma busca* –, no qual, grosso modo, narra o empenho do personagem central, correlato ao pai de ambos, em sua busca pela filha. É na página que antecede o início dessa trama que consta o significativo aviso, mencionado anteriormente: “Caro leitor: tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu” (Kucinski, 2014, p. 8); expressivo, ainda, que uma tal advertência retorne em ao menos uma outra obra sua – *Os Visitantes* –, cujo tema também versa sobre o período ditatorial brasileiro, como é o caso para a maioria dos seus outros trabalhos ficcionais.

Ainda segundo Giorgio Agamben, a verdade do testemunho não depende de seu conteúdo semântico, mas daquilo que cala (Agamben, 2021); guarda relação com a lacuna essencial, verdadeiramente intestemunhável, que o testemunho carrega em si: “aqueles que testemunham dão testemunho de sua incapacidade de testemunhar” (Agamben, 2015, p. 43). Testemunha, por conseguinte, é aquele que fala em nome de um *não poder* dizer, o qual é passível de ser compreendido enquanto um emudecimento, um silêncio – ou um vazio. Poder-se-ia afirmar, então, que o ato de testemunhar – desde que empreendido pelo sobrevivente, não pelo carrasco (Agamben, 2015) – coincide com o resgate desse vazio, subtraindo-o,

assim, ao campo de concentração, à zona de indiscernibilidade entre fato e direito; consistiria, ainda, em um exercício de potência em seu duplo aspecto: um *poder não* se comprometer com qualquer verdade, mas com aquela revelada pelo emudecimento próprio, a qual funda uma possibilidade de ficção – e, simultaneamente, de resistência –, bem como um poder construir sentido, por meio de uma tessitura marginal – como é o caso, por exemplo, para o exercício de ficcionalizar, por exemplo –, desse vazio constitutivo, assim reapropriando-o: significando-o.

Confrontado com uma literal lacuna, Bernardo Kucinski parece demonstrar a que variedade de verdade procura se vincular: não se trata de relatar o desaparecimento, antecedentes e desdobramentos, com aspiração documental – mesmo porque não seria possível: Ana Rosa Kucinski Silva continua a figurar na lista oficial da Comissão Nacional da Verdade enquanto vítima de desaparecimento forçado cujo corpo não foi localizado, havendo pouquíssimos esclarecimentos acerca das circunstâncias de seu sequestro e assassinato –, mas de circunscrever o vazio exposto, admitindo-o: testemunhá-lo. Remetendo, uma vez mais, ao seu aviso inaugural, temos que quase tudo aconteceu – espécie de limite, por conseguinte, ao imperativo do campo –, mas, no âmbito da obra, tudo é invenção – posto que ficção é sempre criação, a qual demanda, por sua vez, espaço: vazio – potência.

Sendo assim, em sua tentativa de dizer o indizível, resumida em sua advertência, Kucinski, segundo cremos, resiste ao exercício prolongado da violência – denegando o emudecimento conveniente aos assassinos e próprio daquilo que, sem esclarecimentos, jaz –, bem como confere consistência à ausência, ao comunicar, em lugar dos mortos, algo sobre o vazio por eles deixado – bordando, portanto, sentido... E quão potente, um gesto como esse.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *A comunidade que vem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

AGAMBEN, Giorgio. *Nudez*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. São Paulo: Boitempo, 2015.

AGAMBEN, Giorgio. *Quando a casa queima*. Belo Horizonte: Âyiné, 2021.

ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1996. 1 v.

BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório da CNV: Volume III - Mortos e Desaparecidos. Brasília: CNV, 2014. 196 p. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

KUCINSKI, Bernardo. *K.: relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

KUCINSKI, Bernardo. *Os Visitantes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

VANNUCHI, Camilo. *Vala de Perus: uma biografia*. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/vala-de-perus-uma-biografia/>. Acesso em: 10 jun. 2024.